

Sábado, 25, e segunda-feira, 27 de maio de 1991

• Nacional

27 MAI 1991

POLÍTICA ECONÔMICA

6Com. Brasil

Governo fará radiografia das contas públicas antes de liberar novos recursos

por Cláudia Safatle
de Brasília

Primeiro, a equipe econômica fará uma radiografia das contas públicas federais. Depois, tentará compatibilizar as receitas disponíveis, que são parcas, com as demandas dos governadores e parlamentares para viabilizar obras em seus estados, dos militares, por melhores salários e mais recursos para seus projetos, e dos funcionários civis, que reivindicam vencimentos mais adequados.

"Vamos ter de enfrentar essa questão do gasto público com muita cautela, porque fora da política monetária e fiscal austeras, não há salvação", disse o secretário de Política Econômica, Roberto Macedo, na última sexta-feira, a este jornal. Ele estava preocupado com as notícias de muitas reivindicações dos governadores sendo trazidas a Brasília e os efeitos de uma aparente flexibilidade no gasto público na formação das expectativas inflacionárias. Garantiu que a pauta de pedidos de verbas ainda não se transformou em liberação de dinheiro.

Há, porém, uma forte disposição para conversar, negociar e ceder naquilo que não comprometer o equilíbrio do Orçamento Geral da União. Fugir do equilíbrio para uma situação deficitária seria fortemente comprometedor para a política econômica mais global de controle da inflação. Significaria retornar ao mercado financeiro em busca de recursos para financiar as despesas públicas, num momento em que o padrão de financiamento do Estado está seriamente corroído.

O secretário de Planejamento, Pedro Pullen Parente, responsável pela elaboração do orçamento fiscal e pelos pedidos de créditos suplementares ao Congresso Nacional, está ciente da realidade que o novo estilo de governo do presidente Collor de Mello representa: "Para preservar a essência é preciso transigir no que for periférico, senão não se perde só a batalha. Perde-se a guerra", resumiu.

Uma observação que se traduzirá, quantitativamente em remanejamento de verbas, e não em elevação do gasto, garantiu ele. Ou seja, a partir desta semana, quando assume o novo diretor do Departamento de Orçamento da União, José Carlos Alves dos Santos, os técnicos da área orçamentária farão um levantamento das destinações de recursos. Parente acredita que existem alocações de recursos, em inúmeras rubricas, de pequenos valores para determinadas obras que, a rigor, não seriam suficientes para concluir, mas apenas para tocar projetos que ficarão inacabados. A idéia é recolher esses recursos e, com eles, montar as efetivas prioridades do governo.

"Fazer política fiscal não significa só gastar o que se arrecada, apenas. É preciso gastar bem", disse Parente. É isso que a nova equipe econômica tentará fazer.

Empossado há uma semana, ele ainda não teve tempo para esmiuçar as contas do governo federal. Mas já pediu à equipe técnica que produza um estudo sobre o tamanho do "rombo" nas contas dos estados e municípios. Os novos governadores terão de se empenhar para gerir esses "rombos".

Está, também, conversando com os ministros de uma área que se tem mostrado insatisfeita com as restrições orçamentárias: os militares. "O mínimo que podemos fazer, nesse momento, é conversar", assinalou Parente. Das reuniões com os três ministros militares (Aeronáutica, Exército e Marinha), ele enviou ponderações não apenas com respeito aos salários, que estariam baixos, mas também sobre o gasto orçamentário com a área militar, que, relacionada ao Produto Interno Bruto, colocaria o Brasil no 150º lugar na lista de países que gastam com esse segmento. Na área de bem-estar social, porém, a relação gasto público frente ao PIB coloca o Brasil no 60º lugar entre os países que destinam recursos para os investimentos sociais.